



PROCESSO TC nº 20.006/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Conde Previdência - CONDEPREV, **Sr. Nório de Carvalho Guerra**, concedendo aposentadoria proporcional por idade e tempo de contribuição a **Sra. Arleide Azevedo Almeida da Silva**, matrícula nº 0000135, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 12 anos, 11 meses e 08 dias de tempo de contribuição e idade de 60 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 025/2018] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator



1ª Câmara

Processo TC nº 20.006/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): **Arleide Azevedo Almeida da Silva**

Órgão: **Conde Previdência - CONDEPREV**

Gestor Responsável: **Nório de Carvalho Guerra**

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria proporcional por idade e tempo de contribuição. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2486/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 20.006/18**, referente aposentadoria proporcional por idade e tempo de contribuição a **Sra. Arleide Azevedo Almeida da Silva**, matrícula nº 0000135, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 025/2018], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 15 de dezembro de 2022.

Assinado 19 de Dezembro de 2022 às 10:18



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 19 de Dezembro de 2022 às 09:23



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 19 de Dezembro de 2022 às 10:21



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO